

Presidente da Câmara comandará a Constituinte

PMDB se arma para garantir Ulysses como sucessor de Sarney e condutor da nova Carta

GILBERTO ALVES

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

No dia dois de fevereiro do próximo ano, os deputados eleitos em novembro se reúnem para reeleger Ulysses Guimarães à presidência da Câmara. No mesmo dia, já investidos no papel de constituintes, ao lado dos senadores, começam a aprovar o regimento interno que disciplinará o funcionamento da Assembleia Nacional. Entre os dispositivos, incluem a determinação de que o presidente da Câmara será, automaticamente, presidente da Constituinte.

Esta é a fórmula que vem sendo articulada para garantir a manutenção do deputado Ulysses Guimarães como sucessor do Presidente da República, como interessa ao Governo e ao PMDB, além de atender ao desejo pessoal do deputado paulista de dirigir os trabalhos da Constituinte.

Outra grande vantagem da ideia é que neutraliza as restrições de setores do próprio PMDB contra o acúmulo de cargos pelo presidente do partido. Afinal, Ulysses se apresentaria como candidato a apenas um posto, o de presidente da Câmara, e automaticamente ganharia a direção da Constituinte e a vice-presidência da República.

REUNIAO

Depois de extrapolar dois prazos que estabelecera junto aos demais candidatos à Mesa da Câmara, o deputado Ulysses Guimarães pode decidir hoje se disputa ou não a reeleição. Para discutir o assunto, ele marcou reunião com as lideranças do partido e alguns amigos, entre os quais juristas de renome aos quais consultará sobre a possibilidade de a própria Constituinte, a curto prazo, fazer de seu presidente o primeiro da linha sucessória, o que o dispensaria da disputa na Câmara.

Esta ideia é inexecutável — a afirmação é do deputado Carlos Sant'Anna, (PMDB-BA) para quem as medidas constitucionais aprovadas pela Constituinte só terão validade após a promulgação da nova Carta Magna. Já a transformação do presidente da Câmara em dirigente da Constituinte, admite o parlamentar, exigiria apenas a inclusão de um dispositivo neste sentido no próprio regimento interno da Assembleia.

Sant'Anna, que só está espe-

rando uma decisão de Ulysses antes de lançar-se candidato à presidência da Câmara ("Com ele eu não disputo"), aponta uma série de vantagens nesta fórmula: "A primeira delas diz respeito à funcionalidade da Constituinte, que ficaria extremamente facilitada na medida em que a Mesa da Câmara já tem toda uma estrutura montada. Como não haverá funcionamento simultâneo da Assembleia com a Câmara, este problema também fica eliminado".

O deputado baiano não faz restrições ao fato de que Ulysses Guimarães acumularia, neste caso, cinco cargos importantes (presidência da Constituinte, Câmara e PMDB, vice-presidência e eventualmente presidência da República). Na opinião dele, o desejo de dirigir a Constituinte é "absolutamente legítimo" por parte do homem que mais lutou pela sua convocação, além do que trata-se de um posto transitório.

INTERESSE DO GOVERNO

"Se eu fosse o presidente Sarney, teria em Ulysses Guimarães o vice ideal" — quem afirma é o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), dando a entender que o Governo está interessado em preservar o dirigente peemedebista como o primeiro na linha sucessória. Por outro lado, a presidência da Constituinte seria "uma aspiração muito pessoal" de Ulysses.

Politicamente alinhado com o deputado paulista, Fortes acha que o colega tem "todo o direito" de ocupar os diversos cargos que deverá assumir: "São três homens públicos sobreviventes neste País nos últimos vinte anos, sem sofrerem desgastes: Pelé, Roberto Carlos e Ulysses. Se ele ajudou a construir a democracia, é natural que participe amplamente do processo político do País".

Autor de uma emenda que convocava eleição direta para vice-presidente da República em novembro deste ano, s que terminou arquivada por "problemas políticos", Heráclito concorda com a ideia de transformar o presidente da Câmara em dirigente da Constituinte, mantendo-o ainda como sucessor de Sarney.

Garantiu, contudo, que esta fórmula não está completamente definida e é sujeita a alterações durante os próximos dias.



Reis anuncia apoio

Sant'Anna e Reis são candidatos

Os deputados Carlos Sant'Anna e Milton Reis, ambos do PMDB, comunicaram oficialmente ontem ao presidente José Sarney que são candidatos à presidência da Câmara Federal, caso o deputado Ulysses Guimarães abduca de sua candidatura, para concorrer somente à vice-presidência da República e à presidência da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao deixar o gabinete do presidente, Carlos Sant'Anna não quis falar com os jornalistas, alegando pressa para chegar à Câmara, pois tinha um encontro com Ulysses. Sant'Anna estava acompanhado de representantes da bancada da Bahia, eleita pela coligação "A Bahia vai mudar", que elegeu o governador Waldir Pires. Somente o deputado eleito Haroldo Lima (PC do B) não compareceu, mas mandou representante.

Ao contrário de Sant'Anna, Milton Reis falou e sorriu muito. Ele disse que a sua candidatura será irreversível: Ulysses distir, e para isso já conta com o apoio do governador Hélio Garcia, e a simpatia do governador eleito Newton Cardoso. Ele tem o aval da bancada mineira, que já vem fazendo contatos em prol de sua candidatura.

Indagado se o presidente Sarney tinha hipotecado o seu apoio, Reis desconversou, mas lembrou que ele e Sarney são velhos amigos, desde o tempo do Palácio Tiradentes, quando o presidente era deputado pelo PSD, e ele, da velha UDN.

Reis já tem o esquema montado para percorrer os estados e solicitar o apoio dos deputados eleitos. Ele começa pelo Rio de Janeiro, depois vai ao Pará, Sergipe, Piauí, Maranhão, Amazonas e Goiás.

Com os novos candidatos, o PMDB passa a ter cinco postulantes. Além dos três já citados, o deputado Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça, se acha credenciado para presidir a Câmara. Também é candidato ao cargo o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o deputado eleito pelo PMDB do Amazonas, Bernardo Cabral.

Militares dão seu apoio

ALFREDO LOBO
Repórter Especial

Palácio do Planalto e os estrategistas militares no Governo são atualmente os maiores cabos eleitorais do deputado Ulysses Guimarães para fortalecer sua posição de condestável da República durante o processo constituinte. Esta análise é, agora, corrente entre os políticos, enquanto o presidente do PMDB enfrenta o Senado e correntes partidárias para, ao mesmo tempo, ser presidente da Constituinte, garantir seu funcionamento livre e soberano e continuar como substituto direto do presidente José Sarney.

Soa paradoxal que Sarney — a quem se atribui o interesse de governar seis anos e muito desconforto pela postura de condestável assumida por Ulysses desde a morte de Tancredo Neves — derrame água no moinho de quem batalha pela redução de seu mandato para quatro anos com a intenção de sentar-se mais rapidamente na cadeira presidencial.

No entanto, o raciocínio dos estrategistas tem lógica. Sarney, abalado pela instantânea queda de seu prestígio popular na esteira do pacote econômico que reformou o Plano Cruzado, estaria agora convencido de que sua legitimidade e sua estabilidade dependem do aval do PMDB vitorioso nas urnas e, especialmente, do deputado Ulysses Guimarães. Este, apesar de respingado pela impopularidade do pacote, seria ainda o maior — se não o único — herdeiro da credibilidade da Nova República.

Acima do aspecto político, o sistema militar preocupou-se seriamente com a instabilidade institucional revelada pelos distúrbios de Brasília. Representado no governo de transição por força dos acordos costurados com a Velha República pelo presidente Tancredo Neves, o pensamento militar — que é permanente — entendeu necessário reforçar, concomitantemente, sua própria posição e também o poder civil. Nas comemorações da Intenção de 35, o ministro interino do Exército, general Sebastião Ramos de Castro, sou balizar a Constituinte em sua ordem do dia, afirmando que o comunismo foi, e será sempre inaceitável para os militares. Em seguida, Sarney defendeu publicamente, pela primeira vez, a manutenção das Forças Armadas como tutoras da ordem interna, tal como está na Constituição atual e como não querem na Nova Constituição — chamada das alas progressistas. A colocação das tropas na rua, em Brasília, não foi fortuita, mas intencional.

Por outro lado, os militares tratam de reforçar o poder civil nesta hora de crise porque

não querem meter a mão na massa outra vez — e os políticos, mesmo os de esquerda, reconhecem isso. Daí a estratégia de cooptar o deputado Ulysses Guimarães — para eles e para Sarney um político "confiável" — que tem um discurso progressista e hoje se aproxima da esquerda do PMDB, mas que do ponto de vista ideológico é um homem conservador, oriundo do velho PSD tanto quanto Tancredo Neves. Capaz, portanto, de seduzir e conduzir a população mais carente e a cidadania em ebulição por caminhos aceitáveis de reformas sociais sem revolução nem retrocesso.

Este casamento do Palácio do Planalto e do pensamento militar com o PMDB de centro-esquerda já foi detectado pelo PFL — e não é à toa que os liberais, a despeito das juras de Sarney em defesa de Marco Maciel e demais ministros petelistas, saem a público ao mesmo tempo defendendo o mandato de seis anos e ameaçando passar para a oposição.

Obviamente Ulysses não se deixou cair em tentação quando lhe acenaram com uma eleição indireta para a vice-presidência da República. Sem meios regimentais para derrotar os senadores na questão do funcionamento exclusivo da Constituinte — que considera fundamental, tanto para a elaboração de uma Constituição de cunho social, apesar da propalada maioria direita quanto para preparar seu próprio caminho em direção à Presidência da República —, Ulysses e seus fiéis seguidores na Câmara impediram a votação do projeto de resolução que garantia o funcionamento normal do Congresso no próximo ano.

Mantém aberta a possibilidade de candidatar-se à reeleição como presidente da Câmara, que acumularia com a da Constituinte; não descarta a hipótese de continuar como presidente do PMDB; persiste na esperança de, por decisão da Constituinte, assegurar que os senadores não terão, pela manipulação da legislação ordinária, poderes maiores que os deputados; vê com satisfação a Câmara reagir à posição assumida pelos senadores com uma campanha — lançada pelo deputado Gastone Righi, líder do PTB — pela pura e simples extinção do Senado pela Constituinte. Essa legislação, herança ainda do regime militar e do voto vinculado, termina com o m. erito indiscutível de haver propiciado, no Colégio Eleitoral, a vitória da transição pacífica para a democracia. Mas quem capitalizou isso, foi o deputado Ulysses Guimarães, candidato inspetor de Sarney e da cúpula militar.

Cabral admite "abrir mão"

Só abre mão da presidência da Câmara para o deputado Ulysses Guimarães. A pretensão não é em termos pessoais, mas sim estadual. O Amazonas já foi muito marginalizado na composição da Mesa da Câmara. A afirmação é do deputado federal Bernardo Cabral (PMDB-AM), o mais votado nas últimas eleições, que já lançou sua candidatura à presidência da Câmara durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Bernardo Cabral lembrou que não é a primeira vez que chega à Câmara dos Deputados. Foi vice-líder da oposição nos anos 67 e 68, ocupando várias vezes a liderança, sendo cassado em 69 pela Revolução. "E durante dois anos fiquei entre os dez melhores deputados do ano. E depois como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, acredito que já tenho experiência para presidir a Câmara dos Deputados", disse.

E preciso que alguém reivindique a presidência da Câmara para o Amazonas. O nosso estado sempre foi marginalizado. E o que estou fazendo em nome de mais de quarenta mil eleitores que me fizeram o deputado mais votado do Amazonas, e em termos percentuais uma das maiores do País, acrescentou Cabral.

Quanto às perspectivas de chegar à presidência da Câmara, Bernardo Cabral disse que são boas. "Eu não entraria numa disputa dessa se não tivesse alinhavado, costurado, conversado com companheiros de diversos estados. E mais: não vou fazer nenhuma composição fora do cargo de presidente, do qual só abro mão para o deputado Ulysses Guimarães, foi o que nós combinamos, assegurou.

Sobre sua atuação como constituinte, será um trabalho mais em favor do Amazonas, "porque nós estamos precisando de atenção para nossa região, consolidação da Zona Franca, aplicação de um percentual, pelo menos 5 por cento, da receita tributária nacional, será a luta constante sempre em favor dos nossos problemas. E o ano de 87 será um ano de muita importância para os brasileiros".